

# SOCIOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO

SASKIA SASSSEN

## SOCIOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO

SASKIA SASSSEN

Meio século se passou desde que os principais sociólogos do mundo se envolveram em uma iniciativa coletiva, a de tornar seu campo e suas pesquisas amplamente disponíveis e acessíveis. E mudou nesse período! Quase tudo! A hegemonia teórica caminho à pluralidade; o distanciamento abriu caminho à incia-

Sociologia da globalização é inovador e apresenta uma ampla lagem sobre a globalização, oferecendo novos instrumentos teóreticos e analíticos para entender as complexas ideias da dependência global. Este livro marca o amadurecimento de geração e de uma disciplina. Permeando todas essas formações há uma mudança cultural, o reconhecimento de dinâmicas do significado – códigos, narrativas, metáforas, crenças e crenças – continuam sendo aspectos centrais das jades contemporâneas.

• SASKIA SASSSEN •

## SOCIOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO



Edições  
da UNB

Obra originalmente publicada sob o título  
*The Sociology of Globalization*  
ISBN 978-0-393-92726-9  
© 2007 by W.W. Norton & Company, Inc.  
All Rights Reserved.  
Translation authorized by W.W.Norton and Company, New York, New York, U.S.A.

Capa: *Mathias Townsend*

Preparação do original: *Marcelo Viana Soares*

Editora sênior – Ciências Humanas: *Mônica Ballejo Canto*

Editora responsável por esta obra: *Carla Rosa Araújo*

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

## Sumário

Prefácio .....	7
1 Introdução .....	9
Elementos da sociologia da globalização .....	15
2 Estado confronta a economia global e as redes digitais .....	42
3 O Estado global: recuperando o lugar e as práticas sociais .....	85
4 A cidade global: recuperando o lugar e as práticas sociais .....	113
5 A criação de migrações internacionais .....	139
6 Classes globais emergentes .....	158
7 Atores locais na política global .....	178
8 Formações globais emergentes e agendas de pesquisa .....	199
Referências .....	
Índice .....	231

Reservados todos os direitos de publicação, em língua portuguesa, à  
ARTMED® EDITORA S.A.  
Av. Jerônimo de Ornelas, 670 – Santana  
90040-340 Porto Alegre RS  
Fone (51) 3027-7000 Fax (51) 3027-7070

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte,  
sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação,  
fotocópia, distribuição na Web e outros), sem permissão expressa da Editora.

SÃO PAULO  
Av. Embaixador Maceido Soares, 10.735 – Pavilhão 5 – Cond. Espace Center  
Vila Anastácio – 05095-035 – São Paulo SP  
Fone (11) 3665-1100 Fax (11) 3667-1333

SAC 0800 703-3444  
IMPRESSO NO BRASIL  
PRINTED IN BRAZIL

nacional e, assim, se torna suscetível a ser estudado, pelo menos em parte, por meio do trabalho sociológico existente, incluindo conjuntos de dados e métodos. Vista dessa forma, grande parte da velha e da nova sociologia contém elementos conceituais, metodológicos e empíricos que podem ajudar a promover o estudo sociológico da globalização.

Karl Bakeman, Rebecca Arata e Abigail Winograd foram os responsáveis pelo livro acontecer. Muito obrigado a vários alunos da Universidade de Chicago. Especialmente, gostaria de agradecer a Geoffff Guy por sua ajuda com a literatura sociológica. Rachel Harvey e Danny Armanino foram ótimos assistentes de pesquisa em todas as etapas do projeto. Eles respondiam rapidamente a meus pedidos, não importava o que fosse – o que, para eles, significava estarem disponíveis a qualquer hora do dia e da noite. Finalmente, Richard Sennett, Hilary Koob-Sassen, Rut Blees Luxemburg e Fausto Sasen Blees foram, como sempre, uma fonte de muito afeto e alegria.

Minhas tentativas de explorar as contribuições potenciais para a sociologia da globalização em áreas que não tinham esse tema em mente abrem a possibilidade de erros de interpretação – ou, de maneira mais interessante, a possibilidade de novas interpretações e novos debates sobre antigos textos.

*As instituições nacionais e internacionais*

*Se globalizam instituições nacionais e internacionais*

*o que é*

Os processos transnacionais como a globalização econômica, política e cultural trazem uma série de desafios teóricos e metodológicos às ciências sociais. Esses desafios advêm do fato de que o global – seja uma instituição, um processo, uma prática discursiva ou um imaginário – transcende o quadro exclusivo dos Estados Nacionais, mas, de modo simultâneo, habita parcialmente territórios e instituições nacionais. Vista dessa forma, a globalização é mais que a noção comum da interdependência crescente do mundo em geral, e da formação de instituições globais. Todavia, se o global, como afirmo, habita parcialmente o nacional, torna-se evidente que a globalização em suas muitas formas envolve duas premissas básicas das ciências sociais. A primeira é uma premissa explícita ou implícita sobre o Estado-Nação como o contendor de processos sociais. A segunda é a correspondência implicada do território nacional com o nacional – a premissa de que, se um processo ou condição se localiza em uma instituição nacional ou no território nacional, ele deve ser nacional. Ambas premissas descrevem condições que existiram, ainda que nunca totalmente, durante grande parte da história do Estado moderno, especialmente desde a Primeira Guerra Mundial e, até um certo nível, continuam a existir atualmente. O que é diferente hoje em dia é que essas condições estão sendo parcial, mas ativamente, desarticuladas. Diferente também é o nível dessa desarticulação.

Conceber a globalização não apenas em termos de interdependência e instituições globais, mas também como algo que habita o nacional, abre uma vasta e ainda intocada agenda de pesquisa. As premissas sobre o Estado-Nação como contendor de processos sociais continuam a

operar para muitos dos temas estudados nas ciências sociais e, de fato, permitem que os cientistas sociais desenvolvam métodos poderosos de análise e os conjuntos de dados necessários. Porém, elas não ajudam a elucidar o número cada vez maior de questões sobre a globalização e a ampla gama de processos transnacionais que aparecem na agenda de pesquisa e teorização das ciências sociais. Além disso, essas premissas também não ajudam a desenvolver o tratamento necessário. Desse modo, métodos e modelos conceituais baseados na premissa de que o Estado-Nação é uma unidade fechada e que o Estado tem autoridade exclusiva sobre seu território não servem totalmente à proposição crítica que organiza este livro: o fato de que um processo ou entidade se localiza dentro do território de um Estado soberano não significa necessariamente que seja nacional ou do tipo autorizado tradicionalmente pelo Estado (turistas estrangeiros, embaixadas, etc.), podendo ser uma localização global. Embora a maioria dessas entidades e processos provavelmente seja nacional, existe uma necessidade cada vez maior de pesquisas empíricas que estabeleçam o *status da variedade crescente de instâncias possíveis do global*. Grande parte do que continuamos a categorizar como nacional pode ser formada exatamente por essas situações. Desenvolver as especificações teóricas e empíricas que nos permitem acomodar tais condições será um esforço difícil e coletivo.

Este livro pretende contribuir para o esforço coletivo, mapeando um terreno analítico para o estudo da globalização, que possa abranger essa compreensão mais complexa. Ele apresenta, mas também vai além de compreensões da globalização que enfocam apenas a crescente interdependência e instituições evidentemente globais. Desse modo, parte da pesquisa envolve detectar a presença da dinâmica globalizante em ambientes sociais densos, que misturam elementos nacionais e não nacionais. Essa formulação do global nos permite usar muitas das técnicas de pesquisa e conjuntos de dados das ciências sociais que foram desenvolvidos com cenários nacionais e subnacionais em mente. Porém, ainda devemos desenvolver novos modelos conceituais para interpretar os resultados – modelos que não pressuponham que o nacional é um sistema fechado e exclusivo. Pesquisas sobre indústrias que representam elos em cadeias globais de produção de bens, entrevistas aprofundadas que decifram imaginários individuais sobre a globalidade e etnografias dos centros financeiros nacionais – todas ampliam o terreno analítico para entender processos globais. Essa expansão abre a agenda de pesquisa

para as ciências sociais em geral, e, talvez de um modo especial, para questões de cunho mais sociológico e antropológico.

O que, então, estamos tentando nomear com a palavra *globalização*? Segundo minha leitura, ela abrange dois conjuntos distintos de dinâmicas. O primeiro envolve a formação de processos e instituições explicitamente globais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), mercados financeiros globais, o novo cosmopolitismo e os Tribunais Internacionais de Guerra. As práticas e formas de organização pelas quais operam essas dinâmicas constituem o que geralmente se concebe como global. Embora ocorram parcialmente na escala nacional, em larga medida, formações globais novas e evidentemente globais.

O segundo conjunto de dinâmicas envolve processos que não ocorrem necessariamente no nível global, mas que, creio eu, fazem parte da globalização. Esses processos ocorrem dentro de territórios e domínios institucionais que foram construídos em termos basicamente nacionais em grande parte do mundo, mas não em todo ele. Embora localizados em cenários nacionais – de fato, subnacionais – esses processos fazem parte da globalização, pois envolvem redes e entidades transfronteiriças que conectam diversos processos e atores locais ou “nacionais”, ou a relevância de questões ou dinâmicas específicas em um número cada vez maior de países ou localidades. Entre essas entidades e processos, estão, por exemplo, redes transfronteiriças de ativistas envolvidos em disputas específicas e localizadas com uma agenda global explícita ou implícita, como ocorre com muitas organizações de direitos humanos e ambientais; determinados aspectos do trabalho dos Estados – por exemplo, a implementação de certas políticas monetárias e fiscais em um número crescente de países, muitas vezes com uma grande pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos Estados Unidos, pois essas políticas são críticas para a constituição de mercados financeiros globais; e o fato de que os tribunais nacionais têm usado instrumentos internacionais – sejam os direitos humanos, os padrões ambientais internacionais ou as normas da OMC – para lidar com questões em que anteriormente eram usados instrumentos nacionais. Também incluo condições emergentes mais nebulosas, como formas de políticas voltadas para questões localizadas e disputas compartilhadas por outras localidades ao redor do mundo, com todos os participantes cada vez mais cientes dessa situação. Denomino-as globalidades não cosmopolitas.

*L*

1. Fornecendo processos e instituições explicitamente globais, é o resultado do intercambio entre países.

2. Confundindo processos globais com locais, sociais em espécies, vemos mesmas relações entre países e países e, portanto, é falso e errôneo dizer que existem conexões entre os diferentes tipos de ciências sociais e a globalização.

3. Alguns desses processos podem ser vistos como processos entre países.

Quando as ciências sociais enfocam a globalização, geralmente não é no segundo tipo ou conjunto de processos e instituições, mas na escala evidentemente global. As ciências sociais fizeram contribuições importantes para o estudo dessa escala global, estabelecendo que existem múltiplas globalizações e tornando cada vez mais claro que a forma dominante de globalização – a economia corporativa global – é apenas uma entre tantas. A ciência política – especificamente, as relações internacionais (RI) – tem uma forte referência canônica do internacional, com o Estado nacional como um ator fundamental. A própria força desse cânone traz dificuldades no que diz respeito a abrir-se para a possibilidade de formações globais e seu caráter multiescalar. O mesmo pode ser dito para a sociologia. A força de seus métodos de pesquisa e conjuntos de dados baseia-se, em grande medida, no grau de fechamento representado pelo Estado-Nação. Isso se aplica, particularmente, aos tipos mais quantitativos de sociologia, que conseguiram desenvolver métodos cada vez mais sofisticados baseados na possibilidade de conjuntos de dados fechados. Ainda que com métodos e hipóteses muito diferentes, a economia aplicada também é condicionada por conjuntos de dados que presumem um fechamento na realidade subjacente. Por outro lado, embora ainda tenham pressupostos semelhantes sobre o Estado-Nação, as formas de sociologia mais históricas fizeram contribuições significativas para o estudo de sistemas internacionais; notável aqui é o trabalho sobre sistemas mundiais e migrações transfronteiriças.

A geografia econômica e política, mais do que qualquer uma das outras ciências sociais, tem contribuído para o estudo do global, especialmente por meio de sua postura crítica quanto à escala. Ela reconhece a historicidade das escalas e, assim, resiste à reificação e à naturalização da escala nacional que está tão presente na maior parte da ciência social. Antropólogos fizeram estudos sobre as forças densas e particularistas que também fazem parte dessas dinâmicas, aterrando-nos indiretamente para os riscos da analítica exclusivamente escalar que desconsidera esses ambientes complexos. Sem querer generalizar, sugiro que os instrumentos analíticos e interpretativos dessas duas disciplinas são uma vantagem quando se estuda o global, tanto em sua compreensão convencional como interdependência, quanto na abordagem mais ampla desenvolvida neste livro, notavelmente a sua escala subnacional. Apesar desses avanços, nas ciências sociais, ainda resta muito trabalho a fazer, e pelo menos uma parte dele envolve distinguir as diversas escalas que se constituem

por meio de processos e práticas globais e os conteúdos específicos e localizações institucionais dessa globalização multiescalar.

O enfoque desenvolvido neste livro tem consequências conceituais e metodológicas. Mais importante, minha abordagem incorpora a necessidade de um estudo detalhado de certas formações e processos nacionais e subnacionais e sua recodificação como instâncias do global. Isso significa que podemos usar muitos dos conjuntos de dados e tecnologias de pesquisa existentes, mas devemos situar os resultados em diferentes arquiteturas conceituais. Essas arquiteturas exigem novas categorias que não presupõem as dualidades costumeiras do nacional/global e local/global. Exemplos dessas categorias são as comunidades transnacionais, cidades globais, cadeias de produção de bens e compressão espaco-temporal. Essa terminologia surge da tentativa de dar nome a condições que são novas, que têm formas assumidamente novas ou que se tornaram visíveis por causa da desestabilização de antigas realidades. As categorias analíticas mais antigas podem ser usadas, mas de maneiras que diferem daquelas para as quais foram criadas. Categorias sociológicas familiares – como raça, gênero, cidades, imigração e conectividade social – em princípio, podem incorporar a analítica que emerge dessa organização conceitual. A categoria da desnacionalização que uso neste livro e desenvolvi em outros textos (Sassen 1996, 2006a) captura um efeito cada vez mais comum das interações entre o global e o nacional. Um elemento crítico dessa interação é a natureza altamente institucionalizada e a densidade sociocultural que caracterizam o nacional. As estruturas do global dentro do nacional, portanto, acarretam uma desnacionalização parcial e tipicamente muito especializada e específica de certos componentes do nacional.

## ESTRUTURA DO LIVRO

O próximo capítulo e o último introduzem o que provavelmente seja o material e a analítica menos familiares. Nesses capítulos, busca-se ampliar o terreno analítico em que a globalização pode estar situada como objeto de estudo. O objetivo dos Capítulos 2 e 8 é experimental, em vez de fundamentar a globalização no conhecimento existente. Leitores que sejam pouco familiarizados com o tema talvez prefiram pular o Capítulo 2. No núcleo do livro, estão os capítulos que exploraram o conheci-